

## FICHA TÉCNICA 5

### CUSTOS DE EQUIPAMENTOS

#### 1. DEFINIÇÃO

Consideram-se custos de equipamento as despesas associadas à **compra, aluguer ou arrendamento** dos equipamentos **necessários** para alcançar os objetivos do projeto, mesmo quando adquiridos através de um contrato de serviços externos, e sempre que não estejam incluídos na categoria “2. Custos com instalações e custos administrativos”.

Inclui igualmente o custo da **depreciação** dos equipamentos que, estando já na posse do beneficiário, se utilizam para realizar as atividades do projeto. Estes custos serão imputados **em função do tempo e da sua utilização no projeto**.

O beneficiário deverá assegurar a **sustentabilidade financeira**, garantindo que conta com os recursos financeiros necessários para assumir tanto o custo do investimento como os custos de manutenção da operação.

Esta categoria incluirá unicamente:

- Equipamento de escritório
- Equipamentos e programas informáticos
- Mobiliário e acessórios
- Material de laboratório
- Máquinas e instrumentos
- Ferramentas e dispositivos
- Veículos
- Outros equipamentos específicos necessários para as operações

Os custos de transporte na aquisição de equipamentos considerar-se-ão um custo adicional do equipamento adquirido, na medida em que são uma despesa necessária para o seu correto funcionamento.

#### 2. IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS COM EQUIPAMENTOS

##### A. BENS INVENTARIÁVEIS

##### 1) Aquisição ou depreciação

Será elegível o custo de aquisição daqueles equipamentos que façam parte de um projeto de investimento ou sejam resultado do mesmo, e cuja execução e pagamento tenham lugar entre as datas de início e fim da operação. Para tal, o equipamento deverá cumprir os seguintes requisitos:

- Constituir em si mesmo o produto principal do projeto, ou ser parte necessária de um elemento piloto/de experimentação indissociável do produto principal aprovado no Formulário de Candidatura, e

- Que o equipamento não seja utilizado para uma finalidade diferente da que se justifica para o projeto, inclusive uma vez finalizado o período de execução do mesmo.

Os custos associados a estes equipamentos será elegível na sua totalidade (100%) se a sua dedicação for exclusiva, ou numa base *pro rata* se forem utilizados de maneira parcial para o projeto. A base *pro rata* será calculada com base num método equitativo e justificado, e poderá basear-se em critérios como a duração ou a intensidade de uso. A entidade beneficiária deverá apresentar uma proposta de cálculo *pro rata* ao validador/coordenador, que deverá ser previamente aceite para poder ser aplicada.

Para os restantes equipamentos, que não cumpram os requisitos anteriores, a regra a aplicar será a amortização contabilística, sempre que esteja justificada mediante faturas ou documentos de valor equivalente, se aplique dentro do período de execução da operação e não tenham sido financiados com subvenções públicas.

O custo da depreciação será elegível a 100% se o equipamento se dedicar exclusivamente ao projeto, ou com base num cálculo *pro rata* no caso de uma utilização parcial. A base *pro rata* será calculada com base num método equitativo e justificado. Para este cálculo ter-se-ão em conta o número de meses em que o equipamento será utilizado no âmbito do projeto e a percentagem de uso do mesmo durante o referido período. A entidade beneficiária deverá apresentar uma proposta de cálculo *pro rata* ao validador/coordenador, que deverá ser previamente aceite para poder ser aplicada.

Em qualquer caso, os equipamentos e programas informáticos e os equipamentos de escritório (como computadores, telefones, dispositivos eletrónicos, equipamento de fotografia, etc.) só poderão ser imputados pelo montante da sua amortização contabilística, calculado numa base *pro rata* em função do tempo de utilização no projeto.

O montante da amortização contabilística poderá declarar-se quando se repercuta a amortização na contabilidade da entidade durante o período de imputação, e proporcionalmente ao uso do equipamento no projeto.

Salvo que esteja inequivocamente aprovado no Formulário de Candidatura, em nenhum outro caso será possível considerar como elegível a despesa associada à aquisição de um equipamento amortizável, se a data de aquisição se realizar durante os últimos 6 meses de execução do projeto.

## 2) Equipamentos alugados ou arrendados através da modalidade renting

Será elegível o aluguer ou arrendamento de equipamentos necessários à execução dos projetos. A despesa será imputável a 100% se os referidos equipamentos forem utilizados exclusivamente para o projeto, ou com base num cálculo *pro rata* no caso de uma utilização parcial. A base *pro rata* será calculada com base num método equitativo e justificado, e poderá basear-se em critérios como a duração ou a intensidade de uso. A entidade beneficiária deverá apresentar uma proposta de cálculo *pro rata* ao validador/coordenador, que deverá ser previamente aceite para poder ser aplicada.

## B. BENS NÃO INVENTARIÁVEIS

Será elegível 100% da aquisição dos bens não amortizáveis (bens de escasso valor, segundo a normativa nacional aplicável) se se trata de bens de dedicação exclusiva ao projeto, ou com base num cálculo pro rata no caso de uma utilização parcial. A base pro rata será calculada com base num método equitativo e justificado, e poderá basear-se em critérios como a duração ou a intensidade de uso. A entidade beneficiária deverá apresentar uma proposta de cálculo pro rata ao validador/coordenador, que deverá ser previamente aceite para poder ser aplicada.

### 3. NORMAS ESPECÍFICAS DA CATEGORIA DE DESPESA

Os equipamentos a financiar deverão estar **previstos e aprovados** no Formulário de Candidatura da operação vigente, sem exceções, pelo que os equipamentos não incluídos não serão elegíveis. Poderá ser aceite a substituição de um equipamento previsto por outro de características similares com a mesma finalidade, ou a alteração do número previsto, sempre que se forneça uma justificação objetiva e verificável para dita substituição/alteração.

A aquisição de equipamentos deve cumprir com as especificações da normativa de contratação, os princípios transversais, as regras de Notoriedade, Transparência e Comunicação e os princípios de boa gestão financeira e eficiência-custo do investimento.

Estas despesas serão justificados e reembolsados sobre a base de custo real.

A aquisição de equipamentos de segunda mão será elegível sempre que: não tenha sido recebida outra ajuda de Fundos da UE; o seu preço não supere os custos geralmente aceites no mercado (para o que se deverá fornecer uma avaliação independente); tenham as características técnicas necessárias para a operação e cumpram as normas e as condições aplicáveis.

Não é possível a compra, aluguer ou arrendamento de um equipamento entre beneficiários do projeto nem entre empresas com qualquer espécie de vínculo.

#### 1. PISTA DE AUDITORIA

Para efeitos de controlo, os documentos justificativos dos equipamentos que devem fazer parte da **pista de auditoria** são os seguintes:

- ✓ **Processo de contratação completo**, de acordo com a legislação aplicável, assim como as suas eventuais modificações
- ✓ **Características técnicas** do equipamento adquirido ou arrendado, em linha com os objetivos do projeto
- ✓ **Método de cálculo da amortização**, se aplicável, e documentos contabilísticos da mesma.
- ✓ **Método de cálculo pro rata**, se aplicável
- ✓ **Fatura** com toda a informação pertinente de acordo com as regras de contabilidade aplicáveis

- ✓ Evidências ou documento contabilístico do **pagamento** da fatura
- ✓ Qualquer elemento que permita comprovar a **existência do equipamento**, assim como a sua ligação e utilização ao projeto
- ✓ Documento que garanta a **sustentabilidade financeira** do investimento, se aplicável
- ✓ Documento que permita verificar que a instituição mantém **registos contabilísticos independentes** ou códigos contabilísticos adequados.
- ✓ Evidências do cumprimento das regras de **Notoriedade, Transparência e Comunicação**.

Não obstante, para os bens não inventariáveis (tais como bens fungíveis, material de laboratório, etc.) não será necessário proporcionar o documento de sustentabilidade financeira nem o método de cálculo da amortização. Nestes casos, como evidência da existência do material adquirido será suficiente um alvará de entrega. Ainda assim, deverá constar claramente na fatura o tipo de material adquirido e a sua relação com o projeto.

Os documentos que constituem a pista de auditoria deverão ser colocados no arquivo digital CoFFEE Interreg.